

Brasil cumpriu as metas e não precisa de waiver

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

"Nós somos fabulosos, não somos?" exclamou, entusiasmado, o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, ao anunciar ontem que o Brasil cumpriu com folga todas as metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional para o segundo trimestre e desmentir um novo pedido de waiver (perdão) pelo não cumprimento do acordo com a instituição.

Ele, porém, não forneceu números, com o argumento de que os dados finais ainda estão sendo fechados para apresentação aos técnicos do FMI, que voltam ao Brasil no próximo mês, quando serão rediscutidas as metas já acertadas para o terceiro trimestre — até setembro — e acertadas as do quarto trimestre.

Segundo Galvães, ao final do segundo trimestre os cinco principais programas acertados com o Fundo Monetário Internacional estavam cumpridos. Esses programas, disse, se referem, na área externa, aos níveis de reservas e do endividamento e, na área interna, ao crédito líquido interno e déficit nominal e operacional do Tesouro.

Conforme se divulgou nos últimos dias, o Brasil pediria um novo waiver ao FMI, pelo não cumprimento da meta do déficit público nominal, mas o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson Nóbrega, explicou por que isso não irá ocorrer: "O superávit fiscal do primeiro semestre, previsto em Cr\$ 3,0 bilhões, atingiu, na verdade, Cr\$ 3,8 bilhões, e isso permitiu reduzir o déficit nominal e cumprir os números acertados com o FMI".

Galvães disse que o Brasil conseguiu cumprir as metas do FMI trabalhando com um programa de economia que significou um "esforço em todas as direções". Negou que o superávit do Tesouro, que permitiu reduzir o déficit público nominal, tenha sido obtido por conta de atrasos na liberação de recursos aos Ministérios e Estados. Afirmou que não há atrasos e que os recursos foram liberados de acordo com as possibilidades de caixa do Tesouro. "O que há — disse — é uma administração criteriosa do orçamento central, mas não há nada atrasado."

Banqueiro prega política liberal de investimentos

O diretor-geral do Banco de Bilbao, Espanha, Enrique Mas, disse, ontem, que se o Brasil liberalizar sua política em relação aos investimentos estrangeiros, incluindo aí a remessa de lucros, parte da dívida externa do País poderá ser transformada em capital de risco, reduzindo, assim, o valor global do débito.

Enrique Mas foi o terceiro banqueiro internacional a almoçar esta semana com o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, e, logo depois, disse aos jornalistas que dificilmente os bancos terão disposição para emprestar mais dinheiro a países endividados que não tiverem um programa de ajuste econômico aprovado pelo Fundo Monetário Internacional.

As nações endividadas, segundo Enrique Mas, devem fazer programas de ajuste, mesmo que isso leve à recessão econômica, se quiserem resolver satisfatoriamente a questão da dívida externa. Já os credores, prosseguiu o banqueiro, devem renegociar as dívidas desses países levando em conta, entre outros fatores, a necessidade de se conceder prazos mais longos para a amortização do principal.

Enrique Mas acha que os programas de ajuste acertados pelo FMI com os países em desenvolvimento são a fórmula básica que os bancos internacionais consideram ideal para a solução dos problemas das nações devedoras. Em sua opinião, os bancos internacionais podem parar de liberar recursos para países que eventualmente rompam seus acordos com o FMI, pois, nessa hipótese, não haverá a garantia de que o programa de ajuste da economia será cumprido.

BÔNUS

O diretor-geral do Banco de Bilbao disse que, além da transformação de parte da dívida em capital de risco, com a liberalização da política para os investimentos estrangeiros, uma saída para o Brasil é a transformação de outra parcela da dívida em bônus. Ele, inclusive, chegou a discutir essa hipótese para a dívida brasileira na Espanha com o presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, embora sem nenhuma proposta concreta.

Segundo Enrique Mas, o Brasil deve cerca de US\$ 3,0 bilhões a bancos espanhóis, sendo o Banco de Bilbao o coordenador desses bancos na negociação de débito. Em sua opinião, a renegociação da dívida do Brasil em bases mais favoráveis depende muito da conjuntura externa, hoje prejudicada pela política fiscal do governo dos Estados Unidos, que leva ao aumento generalizado das taxas de juros, afetando, além das nações endividadas, países desenvolvidos da Europa que precisam retomar o crescimento econômico.

O banqueiro espanhol também elogiou os resultados obtidos pelo Brasil nas exportações e no controle de seu balanço de pagamentos, mas disse que o banco que dirige se preocupa com alguns aspectos da economia brasileira, como a inflação, que, segundo ele, é "um câncer que precisa ser eliminado, pois prejudica sensivelmente a economia". Chega-se, segundo disse, ao nível de o empresariado deixar de se preocupar com a produção para fazer especulação, visando à obtenção de maiores lucros.

TAXAS JUSTAS

O embaixador da Itália no Brasil, Vieri Trexler, afirmou ontem em Belo Horizonte que "é preciso permitir aos devedores que atrasem os pagamentos da dívida externa, ao mesmo tempo em que as taxas de juros devem ser mais justas". Ele lamentou que a dívida brasileira com a Itália seja de "apenas US\$ 1 bilhão", do contrário, segundo o embaixador, a negociação de governo a governo seria mais fácil.